

economia

# PEC do pacote de cortes deixa militares de fora

Proposta enviada ao Congresso na segunda à noite prevê, entre outras medidas, combate aos chamados supersalários

/ CONJUNTURA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacote de gastos que foi enviada ao Congresso na segunda-feira prevê alterações no teto de remuneração do serviço público, para combater os chamados “supersalários”. Alterações nas regras de Previdência dos militares, contudo, ficaram de fora.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a proposta de alterações sobre a previdência dos militares, parte do pacote fiscal do governo, “está vindo para o Congresso”, mas que depende da tramitação entre os ministérios até chegar à avaliação da Casa Civil. As declarações ocorreram ontem, após uma reunião de Durigan com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e vice-líderes na Câmara dos Deputados.

“A proposta sai do Ministério

da Defesa, outros ministérios fazem avaliação, e isso é encaminhado para a Casa Civil. Isso está vindo para o Congresso”, declarou o secretário.

O trecho da Constituição Federal a que a proposta faz referência trata da remuneração dos servidores de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de políticos e dos demais agentes políticos. Considera ainda proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Além dessa medida, a PEC impõe condições e limites para ampliação ou prorrogação de benefícios tributários, restringe a possibilidade de deduções de renda para a concessão de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), estabelece que 20% da complementação da União para o Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) seja usado nas escolas em tempo integral, traz a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a redução para 1,5 salário mínimo de teto elegível para recebimento do abono salarial.

Ainda não foi fechado o pleito que os militares fizeram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um dos pontos em aberto é sobre as novas regras da Previdência dos integrantes das Forças Armadas.

São considerados supersalários os pagamentos que ultrapassam o teto constitucional do funcionalismo público, hoje de R\$ 44 mil mensais - o equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida atinge remunerações de todo o setor público, principalmente do Judiciário e do Ministério Público, que contam com uma série de “penduricalhos” nos



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Pacote dos militares depende de tramitação interministerial, diz Durigan

salários. A proposta é que esses benefícios, como o auxílio-moradia e o bônus para quem trabalha em mais de uma comarca, sejam restritos a situações excepcionais.

A PEC traz as alterações nas regras de concessão do abono salarial, benefício no valor de um

salário-mínimo hoje pago a trabalhadores que recebem no máximo dois mínimos mensais. A minuta define que serão elegíveis à política quem ganha até R\$ 2.640, o valor de dois salários mínimos em 2023, já que o direito é adquirido dois anos antes.

## Um Natal para brilhar.

As melhores ofertas e uma **Árvore de Prêmios** pra iluminar o seu Natal.

A cada **R\$ 200** em compras, **concorra a prêmios exclusivos na hora.**

Compre seus presentes nas lojas participantes! Promoção válida até 24/12.

**Lojista:** esta promoção é mais um benefício exclusivo para associados Sindilojas POA. Quer fazer parte das próximas campanhas? **Associe-se em [sindilojaspoa.com.br](http://sindilojaspoa.com.br).**

**Sindilojas RS**  
Porto Alegre

Consulte o regulamento e o número do certificado de autorização no site: [mkt.sindilojaspoa.com.br/promocao-nctcl-2024](http://mkt.sindilojaspoa.com.br/promocao-nctcl-2024)